

OS PAPÉIS DO EDITOR, DO PREPARADOR E DO REVISOR DO TEXTO LITERÁRIO: APONTAMENTOS CRÍTICOS

THE ROLES OF THE PUBLISHER, THE EDITOR AND THE PROOFREADER REGARDING LITERARY TEXTS: CRITICAL NOTES

Isadora Dotto Brusius*

Enéias Tavares**

RESUMO: Este estudo apresenta um recorte de uma investigação sobre os papéis desempenhados pelo editor, pelo preparador e pelo revisor em textos literários, desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Letras – Português e Literaturas - Bacharelado. Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas obras teóricas sobre edição de textos, tais como Houaiss (1983), Araújo (2008) e Ribeiro (2016), com o intuito de realizar uma leitura crítica do material bibliográfico e, assim, propor novas definições. Após essa reflexão, propostas de definições para o editor, preparador e revisor são realizadas com base em comparações do referencial teórico. Por fim, expomos nossa conclusão sobre o trabalho, que evidencia escassez de pesquisas sobre edição de textos do gênero literário e sugere novos estudos com apoio em nossos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Preparador de originais. Revisor. Texto literário.

ABSTRACT: This study presents an excerpt of a research about the roles fulfilled by the publisher, the editor and the proofreader in literary texts, developed as a final paper for the graduation conclusion of Letras – Portuguese and literature – Bacharelado course. In order to accomplish this research, theoretical works regarding editing of texts, such as Houaiss (1983), Araújo (2008) and Ribeiro (2016), were chosen for a critical reading of the bibliographic material and the consequent proposition of new definitions. After this reflection, proposals for the definition of the publisher, the editor and proofreader

* Bacharela em Letras – português e literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2018 e Mestra em Letras – Estudos literários, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, em 2021. E-mail: isa.dbrusius@hotmail.com.

** Professor Doutor vinculado ao Departamento de Letras Clássicas e Linguística da UFSM. Possui graduação em Letras Português/Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (2005). Concluiu mestrado em Literatura Comparada (2008) pela mesma instituição. E-mail: eneiastavares@gmail.com.

are done according to the comparison of the theoretical reference. And lastly, we expose our conclusion, which highlights the lack of research related to the editing of literary texts and suggests new studies supported by our results.

KEYWORDS: Editor. Proofreader. Literary texts.

INTRODUÇÃO

O livro, enquanto objeto de consumo, representa uma espécie de personificação de um intelecto. Podemos dizer que esse é um papel crucial para as pessoas que gostam de ler. A materialidade da escrita no formato que conhecemos tem um valor diferencial para os que se consideram “leitores”, principalmente os leitores de ficção. Para esse público fiel, o livro em mãos representa uma proximidade especial da história ali contada. Há um vínculo sensível que move não apenas as sensações, mas também as ações do leitor. Ações como, por exemplo, o abandono de um restante de páginas à medida que se cansa, ou o retorno às mesmas páginas, posteriormente, embebido pela curiosidade; a interrupção abrupta da sequência de um capítulo, como uma pausa para reflexão sobre os processos do enredo; a velocidade em movimento ininterrupto de absorção, ocasionada ora por impaciência, ora por efeitos estéticos; a procrastinação do término da história, seja por desinteresse, seja como meio de prolongar o envolvimento presente com tão interessante trama.

Tendo em vista essas inumeráveis sensações e ações, as editoras se esforçam para produzir livros com um arranjo visual digno da experiência sensível. Não raro, mesmo os apaixonados por livros desconhecem o processo pelo qual o livro passa até chegar às mãos do consumidor. É de senso comum a ideia de que o livro é resultado do trabalho de uma única pessoa, que seria o autor. Convém evidenciar a atuação de outros diversos profissionais, chamados editores, revisores, diagramadores, ilustradores, entre outros.

Ao considerar a atual crise do mercado editorial brasileiro, que não é somente econômica, mas também organizacional, é inevitável pensarmos em investigar o procedimento de produção de livros. A dificuldade muitas vezes encontrada para compreender a delimitação das funções de cada profissional no âmbito editorial pode ser um dos motivos do que parece ser uma espécie de desnorтеio para com as atividades de edição do texto. Isso se deve à desvalorização das profissões de editor, preparador e revisor, ocasionada também pelo desconhecimento geral das tarefas desses profissionais e, por vezes, como já citado, até da existência deles.

Com base nessas constatações, este trabalho surge como meio de nortear os desencontros que permeiam a produção de textos de ficção. Para isso, selecionamos um aporte teórico, contendo três autores que apontamos como principais na área da editoração, além de breves menções sobre as contribuições de outros pesquisadores, observando como compreendem os conceitos de editor, preparador e revisor, destacando qualquer indício sobre a realização desses

ofícios em textos literários. Após uma leitura crítica, apresentamos as definições descritas de cada função por cada autor. A seguir, por meio da reflexão sobre as conceituações apresentadas e uma comparação entre elas, objetivamos propor uma definição dos papéis do editor, do preparador e do revisor – da perspectiva de uma bacharela em Letras – que possa servir tanto de auxílio para profissionalizar a edição de textos quanto para elucidar as diferentes formas de atuação nos textos durante o processo editorial.

Por conseguinte, nosso trabalho foi organizado em três seções, além desta introdução, dispostas da seguinte maneira: a primeira seção expõe nossa revisão da literatura, nossas fontes consultadas em seções secundárias e a divisão de conceitos em seções terciárias, além do movimento extra com contribuições de outras fontes; a segunda seção apresenta nossas considerações crítico-reflexivas sobre as leituras realizadas e, assim, propõe outras definições para os conceitos estudados; e, por fim, a terceira seção apresenta nossa conclusão sobre esta pesquisa, indicando as lacunas ainda existentes e promovendo um incentivo para futuros estudos, talvez derivados destes resultados.

REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção, apresentaremos a fundamentação teórica que embasou nosso trabalho e deu suporte para uma reflexão crítica. Inicialmente, discorreremos sobre os três autores selecionados como principais para nossa pesquisa, com enfoque em uma obra escrita por cada um, que são: *Elementos de bibliologia*, de Antônio Houaiss (1983); *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*, de Emanuel Araújo (2008); e *Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual*, de Ana Elisa Ribeiro (2013). Descreveremos, então, as concepções de cada autor sobre os papéis do editor, do preparador e do revisor ou de outros termos, utilizados pelos pesquisadores, que sejam referentes a funções semelhantes. A seguir, apontaremos de maneira breve outras contribuições relevantes sobre o assunto.

ANTÔNIO HOUAISS: “O USO ABUSIVO DO CACHIMBO ENTORTA A BOCA” – A EDIÇÃO NOS ANOS 60

Antônio Houaiss, de acordo com a biografia oferecida pela Academia Brasileira de Letras (ABL), foi professor, diplomata, filólogo, entre outros. Além da posse de cargos como Presidente da ABL e Ministro da Cultura, destacou-se como editor e como editor crítico. É autor da obra *Elementos de bibliologia*, publicada pela primeira vez em 1967, que é apenas uma entre as suas diversas publicações. A última edição do manual citado data de 1983, e se trata de uma reimpressão fac-similar que uniu os dois volumes em um único tomo, preservando todas as características da edição original com exceção de páginas preliminares e da realocação das tábuas da matéria em apenas uma tábua ao final, conforme explicou o próprio Houaiss (1983).

Além disso, a reimpressão foi feita pela editora Hucitec, enquanto a anterior era do Instituto Nacional do Livro (INL).

No que tange à opinião do próprio autor sobre sua obra, ele afirma que o trabalho, por omissão e por deliberação, “embora aparentemente amplo, é em verdade lacunoso” (HOUAISS, 1983, p. xvii). Houaiss afirma que o conhecimento de tudo que envolve a produção do livro, as técnicas existentes, artesanias e bibliografia, ou seja, tudo que há sobre o assunto, que resulta na produção de um livro sobre o livro, ultrapassa a possibilidade de domínio de uma única pessoa. Tal compilação sobre a fabricação de livros, a codificação de normas “e a indicação de caminhos quando não os havia antes” (p. xvii), segundo o autor, deveria ser um feito colegiado.

Conforme já mencionamos, *Elementos de bibliologia* divide-se em dois volumes. O primeiro diz respeito ao original, uma fase pré-industrial, em que interessaria mais aos profissionais do texto, que trabalham na edição. O segundo volume versa sobre o estágio do livro em produção e as normas editoriais. Em função de ser uma obra mais antiga, tendo em vista os avanços tecnológicos da produção do livro e modo de fabricação atual, grande parte das diretrizes oferecidas pelos *Elementos* já caiu em desuso, como, por exemplo, questões sobre datilografia e demais ordens sobre normas tipográficas. O próprio autor explica o principal propósito do manual, que consiste em evidenciar a necessidade da adoção de um cânon, uma regra, uma codificação para a editoração, a partir do ponto de vista do editor-publicador, do autor, do editor-crítico (HOUAISS, 1983, v. 2, p. 3).

Além disso, parece-nos não haver uma distinção muito clara entre a edição de texto e a edição crítica de textos, aparato filológico que recebe ênfase no livro. Provavelmente pela mesma razão, e em detrimento da proposição de abordar todo o percurso de produção do livro (inclusive aspectos gráficos e normas em significativa extensão), não houve espaço destinado exclusivamente à edição de textos literários. Consideramos importante citar o uso da expressão “criação literária” para designar qualquer tipo de texto, mesmo os científicos. Esse fator vincula-se ao fato de o manual ser direcionado ao trabalho em qualquer tipo textual, sem apresentar seções para tipos específicos, com exceção de algumas normas gráficas.

● EDITOR-DO-TEXTO OU DIRETOR-DO-TEXTO

Houaiss (1983), já ao início do primeiro capítulo dos seus *Elementos de bibliologia*, decreta qual será o sentido de “editor” adotado no livro. Para o autor, trata-se do profissional encarregado pelo lançamento, distribuição e venda em grosso do livro, isto é, abarca o sentido usual de uma pessoa com responsabilidade geralmente comercial. Acrescenta, ainda, poder ser relativo tanto à pessoa quanto à instituição, que, oficial ou não, com ou sem objetivos comerciais, fica ao encargo do lançamento, da distribuição e, eventualmente, da venda do livro. Por outro lado, o enfoque recai mais em outra profissão que, nas palavras de Houaiss, aparenta ser diferente: o editor-do-texto.

O filólogo considera um sentido amplo para o conceito de autor, que inclui o que denomina de “diretor-do-texto” ou “editor-do-texto”. Ele afirma que essas duas expressões estabelecerão uma relação de equivalência, no livro, com os conceitos *chief editor* e *editor*, em inglês, opostos a *publisher*. Ou seja, a acepção compreendida como “editor” é similar ao sentido de *publisher*, em inglês, enquanto o “editor-do-texto” estaria vinculado ao conceito de *editor*. Atentamos para a expansão da concepção de autoria que, como bem exposto por Yamazaki (2007), denota um reconhecimento da profissão do editor de texto enquanto autor da obra em que trabalha, ao considerarmos que, muitas vezes, a atuação dos profissionais no texto é invisível aos leitores e, em outras ocasiões, até para os autores. Entretanto, há também a definição de autor como o escritor do livro:

O manuscritor – como autor potencial –, ao rascunhar seus livros *in fieri*, tem, como é natural, todos os direitos a todos os arbítrios. Ao manuscrevê-lo, porém, para a dactilografia ou – hipótese progressivamente evanescente – para a tipografia, deixa, em boa moral, de tê-los. **Como o uso abusivo do cachimbo entorta a boca**, deveria em qualquer caso diminuir o abuso e examinar problemas como os aqui aflorados, a fim de penitenciar-se e lucrar pessoalmente e coletivamente (HOUAISS, 1983, p. 10, grifo nosso).

Quanto ao ofício dos profissionais do texto, Houaiss, ao discorrer sobre a inteligibilidade do original, enfatiza a necessidade de o autor – ou diretor-de-texto ou editor-de-texto – entender a série de intermediários existentes entre ele e o leitor, quantidade maior ou menor de profissionais “que vão emprestar ao seu trabalho o concurso de seus conhecimentos, experiência, sabedoria, técnica e operosidade” (HOUAISS, 1983, p. 4). A seguir, o filólogo cita que profissionais seriam esses:

co-autor, colaborador, conselheiro, auxiliar; secretário, pesquisador; estenógrafo, dactilógrafo; editor, leitor editorial, conselheiro editorial; chefe de oficina, tipógrafo-compositor, tipógrafo-corretor, tipógrafo-paginador; revisor; impressor; costurador, capeador – sem contar artistas e técnicos gráficos outros, desenhistas, ilustradores, indicia-dores... (HOUAISS, 1983, p. 4)

Como é possível observar, não há menção sobre o preparador de textos ou de originais. Esse aspecto foi analisado também por Yamazaki (2009), que notou a ausência desse termo em *Elementos de bibliologia*, mas constatou o uso da expressão posteriormente, em um Simpósio sobre Editoração e no curso Editoração Hoje, promovidos no princípio da década de 1970 pela Fundação Getúlio Vargas, cujo tema de Houaiss foi especificamente o preparador de originais. Nos *Elementos*, conforme Yamazaki, aparentemente o preparador está incorporado na figura do editor de textos. Dessa maneira, o manual se detém, então, em auxiliar o editor-de-texto,

sem apresentar normas nem diretrizes para o que compreende como editor, cuja responsabilidade seria comercial e pós-industrial.

A impressão deixada por Houaiss sobre quem seria o profissional designado como editor-de-texto (ou diretor-de-texto) é de um erudito, conforme também deduziu Yamazaki (2009). O autor cita surgimento da edótica, uma ciência e técnica da edição-de-texto, tipo de crítica textual na área dos estudos filológicos, para versar sobre a edição de textos no Brasil, lamentando o fato de a disponibilidade de textos fidedignos e fiéis ser escassa (HOUAISS, 1983, p. 200). Critica a falta de uma preparação intelectual específica por parte dos editores-de-texto que realizaram algumas reedições na época, o que implica a opinião do filólogo sobre que conhecimentos o editor-de-texto deveria possuir. Dentre eles, a edótica, domínio profundo da gramática do português e de idiomas estrangeiros, além de história, geografia, religiões, entre outros, de acordo com as observações de Yamazaki (2009).

O REVISOR

Para Houaiss (1983), a revisão é, essencialmente, um cotejo do original com a prova, em que há anotações por meio de signos convencionais adequados indicando tudo em que a prova discrepar do original, sem reproduzi-la de maneira fiel. O termo “correção”, aplicado como sinônimo de revisão, aparece entre aspas. Aparentemente, a expressão surgiu em determinada parte do livro como maneira de diferenciar o “revisor tipográfico” do “corretor da “língua” do autor” (HOUAISS, 1983, p. 67), sendo o trabalho deste observar problemas na ortografia, pontuação, colocação, formas vocabulares, sintaxe, concordância, entre outros. Há, além disso, a menção a uma “revisão final do manuscrito”, que consistiria numa releitura cuidadosa para que todas as convenções de correlação manuscrito-datilografia fossem respeitadas.

Na unidade sobre revisão, o filólogo ressalta a importância dessa fase para a feitura de um livro, considerando-a como uma das principais. O objetivo é obter a composição com o menor número de erros possíveis e, para a descrição da tarefa, o autor utilizou-se das palavras de Seán Jennet, que já observava a frequente desvalorização do revisor. Sobre isso, Jennet comenta: “[é] um engano, e sério e bobo engano, subestimar o revisor, pois dele depende não pouco da reputação de uma casa impressora; e ele pode, ademais, ser o meio para prevenir ações legais de difamação e prejuízos” (HOUAISS, 1983, v. 2, p. 79).

A revisão era feita de modos distintos em comparação com os métodos atuais, vale citar a curiosa participação de leituras em voz alta, prática provavelmente extinta nos dias atuais. O método, descrito por Jennet e citado por Houaiss, consistia na presença de um leitor, que era chamado para ler alto o manuscrito ou o original datilografado do autor e, enquanto isso, o revisor acompanhava a versão da prova, comparando as palavras desta com as da leitura, de maneira a vigiar erros tanto do leitor como da composição, além dos do autor. Procediam, assim, as revisões em meados do século XX, que incluíam a caça de pontos passíveis de objeto

de ação legal ou quaisquer outros aspectos que pudessem comprometer a reputação da casa editorial ou que resultassem em complicações legais.

Ainda citando Jennet, Houaiss expõe as qualificações requeridas para o revisor. Projeta um profissional com “olho agudo e mente aberta para reconhecer num átimo as cacografias” (HOUAISS, 1983, v. 2, p. 81), conhecedor dos desenhos dos tipos. O revisor, aqui, deve possuir habilidade de ler corretamente os manuscritos, por mais ilegível que seja, além de “ser capaz de grafar quase tudo sem recurso ao dicionário – num grupo de revisores seria apto para enfrentar quaisquer oponentes numa controvérsia ortográfica” (HOUAISS, 1983, v. 2, p. 81). De modo ideal, deve conhecer cada data de livro de história e estar familiarizado com as significações e feições de cada palavra do *Dicionário inglês de Oxford*, deve ter condições de identificar falsas citações. Capacitado do domínio sobre religião comparada, economia, política, ciência, arte, e o que mais for possível, teria valor significativo “se pudesse falar e escrever, digamos, uma dúzia de línguas” (HOUAISS, 1983, v. 2, p. 81).

Yamazaki (2009, p. 46) indigna-se: “com tantas qualificações, um sujeito desses estaria fazendo revisão?”. A mesma autora afirma que *Elementos de bibliologia*, embora não se restrinja a fornecer orientações extensivas e detalhadas sobre o processo de editar e produzir livros, ainda pode ser considerado um manual. Houaiss, no mais das vezes, indica fontes e oferece informações sobre o histórico das técnicas e artesanias do livro, o que fundamenta a prática. Concordamos com Yamazaki (2009), que comentou sobre a praticidade dos dois volumes, apesar de a consulta ao manual ser um tanto difícil pela maneira como as informações foram dispostas, isto é, com intercalações de longas digressões históricas.

ARAÚJO: UM ARCABOUÇO HISTÓRICO PARA O SUPERVISOR EDITORIAL

Emanuel Oliveira de Araújo foi historiador e professor da Universidade de Brasília (UnB). É autor da obra *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*, publicada pela primeira vez em 1986, atualmente considerada como a “bíblia da editoração”, de acordo com Yamazaki (2007). Devido à sua formação em história, o manual traz um bom aparato histórico sobre a produção do livro. Conforme a nota do editor na edição atualizada de 2008, Araújo conhecia profundamente o universo do livro e, por isso, além da base histórica da editoração e impressão de livros, considerou as possíveis mudanças que poderiam ocorrer nesse processo de produção, tentando tornar a obra mais atual quanto possível.

A construção do livro é dividida em duas partes. A primeira concentra-se nos problemas de normalização textual, produto de um esforço, de acordo com o autor, de combinar regras impostas pelas instituições normalizadoras oficiais com a propensão de padronização aclamada pelo uso frequente dos editores. Araújo afirma que se baseou numa certeza que percorreu sua trajetória profissional: “a regra básica da editoração é a de quebrar qualquer regra que prejudique a fluência da leitura” (ARAÚJO, 2008, p. 23). A segunda parte empenha-se em

prover ao supervisor editorial – o autor afirma que o livro se destina principalmente a esse profissional – os itens indispensáveis para o trabalho referente à fase de preparação industrial.

A introdução é inaugurada diretamente com um exemplo de problema de editoração. O texto em questão, cuja tradução brasileira causou conflito e o desagrado da autora da obra, é do gênero literário. No caso, o editor modificou um aspecto relativo à técnica literária da escritora, uma alteração no nível do estilo. Após apresentar o exemplo, Araújo, antes de expor sua opinião sobre o ocorrido, fornece-nos um suporte histórico sobre a origem do estilo como atualmente é compreendido. O autor baseia-se nisso para formular a sua tese, o que consideramos louvável. Contudo, sua concepção sobre o assunto nos parece limitada, ideia esta que Araújo mantém e aconselha durante todo o volume e nos momentos em que o texto literário surge como pauta:

De qualquer modo, quando a forma se confunde com o estilo não resta outra alternativa senão aceitá-los no todo. Ao se trabalhar com obras em que o elemento primordial é a informação (compêndio, ensaio e congêneres), existe aquela liberdade de redistribuição dos originais em benefício da clareza, **mas com a produção literária impõe-se o absoluto privilégio autoral.** Trata-se, na verdade, de um princípio socialmente reconhecido, com o qual o editor de texto convive a cada passo em seu exercício profissional. (ARAÚJO, 2008, p. 27, grifos nossos).

Acreditamos ser por este motivo – o fato de o autor pensar que o texto literário não permite certas modificações – que Araújo não explora tais questões com muita amplitude. No terceiro capítulo, intitulado “Normalizações especiais”, nas seções sobre poesia e nas demais menções à edição de obras do gênero literário, as diretrizes são relativas à disposição gráfica do texto na página, ao encaixe visual. Não há capítulos nem seções destinadas à edição, preparação ou revisão de textos literários no nível do conteúdo e do estilo, pois o próprio autor defende a ideia de que as únicas alterações possíveis para esse tipo de texto seriam de natureza gráfica.

● EDITOR DE TEXTO/PREPARADOR DE ORIGINAIS

O conceito de editor adotado por Araújo (2008) segue, em princípio, o mesmo padrão da acepção da palavra *editor* em inglês. Nesse idioma, há diferença de significado entre *editor*, que “possui o sentido de pessoa encarregada de organizar, i.e., selecionar, normalizar, revisar e supervisionar, para publicação, os originais de uma obra e, às vezes, prefaciá-la ou anotar os textos de um ou mais autores” (ARAÚJO, 2008, p. 37) e o termo *publisher*, que seria o encargo de uma empresa organizada para a publicação de livros, isto é, o proprietário ou responsável. Esses sentidos derivam-se da semântica latina, em que *editor*, *editoris* indicam aquele responsável por gerar, produzir, causar – o que seria o “autor” – vinculados a *edere*, que significa publicar, produzir, expor, entre outros.

A investigação de Araújo sobre a origem do termo estende-se também em correlações: provém da conexão entre o adjetivo grego *ékdotos*, ‘revelado, dado, entregue’, com o substantivo *ékdosís*, significando especificamente ‘edição da obra de um autor’, ‘tratado, publicação’ e com o verbo *ekdídōmi*, que apresenta o sentido de ‘publicar’. Ou seja, houve uma conservação, em certa medida, do significado original da palavra como é atualmente aplicada na língua inglesa. Em suma, o papel do editor, para Araújo, é o de conceber obras conforme padrões literários e gráfico-estéticos com vistas à divulgação comercial.

A partir disso, Araújo destaca a importância de diferenciar edição de editoração, haja vista a ambiguidade que a semelhança dessas nomenclaturas pode causar. A editoração constitui-se como um conceito mais abrangente: define-se como o agrupamento das técnicas, teorias e habilidades artísticas e industriais direcionadas ao planejamento, elaboração e distribuição de um produto editorial. Refere-se ao gerenciamento do processo de uma publicação, havendo a possibilidade de esta ser um livro, revista, jornal, álbum, entre outros. Logo, é necessário considerar essa distinção entre os termos, ao passo que nossa pesquisa busca compreender apenas o ofício relacionado ao texto, portanto, a edição.

Há pouca clareza na diferença compreendida por Araújo (2008) entre o editor e o preparador de originais. Conforme Yamazaki (2007, p. 6), Araújo “chega a usar indiscriminadamente qualquer um dos termos” para se referir ao profissional responsável pelo trabalho realizado no texto na fase anterior ao processo industrial. O autor da “bíblia da editoração” associa o preparador de originais ao editor de textos, isto é, entende a preparação do texto como uma atividade do editor, que também realiza outras tarefas, como a supervisão de todos os passos de produção do livro. Em outras palavras, traz-nos a impressão de que não há um profissional especializado somente para essa ocupação, pois o próprio editor, que já acopla as funções de gerenciamento, seria encarregado pelo tratamento/normalização do texto. Essa face versátil da profissão de editor advém da história dos pioneiros da preparação e divulgação de textos:

o editor, naquela acepção, entendido como preparador de originais, caracteriza-se historicamente, no Ocidente, desde o século III a. C., como responsável pela edição de um texto a ser divulgado (transcrito) pelos copistas (ARAÚJO, 2008, p. 38).

O contexto histórico possivelmente justifica o posicionamento de Araújo (2008) acerca dos conceitos dessas profissões na medida em que, anteriormente, as separações das atividades editoriais eram poucas, quando as tarefas não eram todas realizadas por uma só pessoa. A divisão do trabalho do impressor e do editor aconteceu em meados do Renascimento – como uma fuga da tradição manuscrita –, sendo que, anteriormente, a preparação do texto era feita pelos próprios impressores algumas vezes, tornando-os, assim, em “verdadeiros e completos editores” (ARAÚJO, 2008, p. 47, grifo do autor). Isto é, a atividade exclusiva de *editor* (preparador de originais) foi criada pelos eruditos renascentistas. Ou seja, as dúvidas acerca dos serviços

do preparador de textos existem desde esse período, quando a separação de tarefas teve início, e persistem até hoje. Atualmente, a ramificação dessas atividades é um pouco maior, entretanto, a indefinição ainda existe devido às diferentes interpretações atribuídas a cada função.

O autor observa uma tendência do atual mercado de trabalho para a recuperação do sentido primitivo do termo *editor* – assim como se manteve na língua inglesa – devido à imposição desse mercado, que exige muita produtividade em grande velocidade e, em consequência, as atividades editoriais tornam-se múltiplas, mais específicas e mais complexas. No Brasil, por exemplo, Araújo (2008) verifica a ocorrência comum de denominar os profissionais de acordo com seus setores, como ‘editor de arte’, para o responsável pela programação visual e ‘editor de texto’, para o encarregado pela preparação e revisão dos originais.

A despeito da editoração, constituída como disciplina autônoma, seguir rumos diversos dos da filologia, Araújo (2008, p. 51) afirma que “o vínculo básico e crucial do escrito, da transmissão da palavra escrita, da leitura e da penetração do texto” ainda é mantido entre as duas áreas. Por conseguinte, muito do conceito de filologia é aplicado à editoração de texto. Diante disso, observamos uma incisiva influência dos estudos históricos nas definições formuladas por Emanuel Araújo. De maneira sutil, o autor parece sugerir um editor ideal, que seria um erudito – como foram e são os filólogos – capaz de realizar qualquer ofício referente à produção de livros. É, possivelmente, uma espécie de retorno à ideia do editor multifuncional.

Araújo (2008) destaca, após evidenciar a conexão dos conceitos atuais com as definições do passado, o horizonte semântico do vocábulo *editor*, que se desenvolveu de modo polissêmico na contemporaneidade ao adaptar-se aos modernos meios de comunicação (editor de som, editor de vídeos, entre outros). Até mesmo alguns programas computacionais são conhecidos como ‘editores de textos’, ao que o autor atenta para não haver confusão com a designação do profissional do texto. Ademais, o termo *editoração*, quando restrito ao campo da produção de livros, no Brasil, pode ser conceituado como o conjunto de atividades do editor, afirma o historiador. Tais atividades implicam, de maneira geral, supervisionar todo o processo pré-industrial da publicação de originais – seleção e normalização – e todo percurso industrial – projeto gráfico, composição, revisão, impressão e acabamento.

Consoante essa compreensão, a palavra *editor* recupera de maneira parcial o seu sentido primitivo, “sua velha dignidade de *bibliakós*, ‘versado no conhecimento de livros’. A máquina, nesse caso, pode até ajudar” (ARAÚJO, 2008, p. 54). Essa acepção reitera a noção de editor ideal que já comentamos anteriormente, de modo a evidenciar uma semelhança notável com os filólogos. A erudição, a figura de um sujeito conhecedor dos mais diversos assuntos, era, no passado, atribuída aos filólogos e editores. Atualmente, o profissional que aparenta representar esse papel é o tradutor, em nossa observação. Ou seja, para Araújo, o editor é o profissional encarregado por todo o processo de editoração. Seria, em nossa interpretação, quem seleciona os originais, prepara-os e, quando o projeto entra na fase industrial, fica

responsável pelo gerenciamento das tarefas e não pela execução dos trabalhos, como no caso da etapa pré-industrial.

Historicamente, foi com o advento da Revolução Industrial que ocorreu uma divulgação do conhecimento sobre as diferenças entre o trabalho do filólogo e o do editor de texto, de modo a surgirem exigências para que os profissionais adquirissem especializações mais proeminentes. No princípio, o editor de texto denominou-se normalizador de originais, isto é, o encargo de conferir uniformidade global ao texto de acordo com modelos formadores, conformadores e até informadores do livro, era desse profissional, segundo Araújo (2008). É uma razão plausível para o fato de o autor conceder paridade ao editor de texto e ao preparador de originais, como ele próprio explicita:

o editor, no caso como **editor de texto**, i.e., **como preparador de originais ele próprio**, ou como diretor literário, como supervisor dessa preparação [...] Nessa altura, entretanto, é importante levantar um **problema crucial do editor de texto**: qual o seu justo limite para proceder a **alterações num escrito de outrem?** (ARAÚJO, 2008, p. 56, grifos nossos).

O fragmento transcrito demonstra-nos que Araújo concede ao que nomeia de editor de textos o grande obstáculo que aflige todos os profissionais do texto: como desempenhar alterações nos escritos alheios, sem que soe como um ato invasivo? O autor distribui funções que tornam o trabalho do editor um tanto amplo, entretanto, conforme menciona a profissão ao longo do livro, o conceito aparenta uma inclinação mais acentuada para a tarefa da preparação do original. Contudo, algumas dessas generalizações podem ser o motivo da perplexidade que ainda reside na definição dos papéis dos profissionais do texto.

○ REVISOR DE PROVAS

Para Araújo (2008), a etapa de revisão é feita na fase industrial da produção do livro, isto é, trabalha-se numa primeira versão do livro impresso. Esse processo é geralmente conhecido como revisão de provas – assim como Araújo denomina – mas difere da tarefa conhecida somente como “revisão”, que normalmente é uma etapa anterior à fase industrial (e, consequentemente, à nomeada “revisão de provas”) e acontece ainda em suporte eletrônico, logo após a preparação. Nesse capítulo destinado à revisão de provas em *A construção do livro*, há algumas considerações sobre as funções do revisor e também algumas diretrizes para a realização desse trabalho, que dizem respeito não só a aspectos linguísticos, mas majoritariamente aos de ordem gráfica e visual.

A etapa conhecida por revisão – de provas – é feita após a preparação e diagramação, ou seja, de acordo com Araújo (2008), tem início a partir do término da fase pré-industrial. Consiste em um trabalho menos aprofundado que a preparação, pois, conforme o autor, “a profissão de ‘revisor’, tal como hoje a entendemos, i.e., *revisor tipográfico*, **sem compromisso**

com o conteúdo do texto, consolidou-se apenas no século XIX, sobretudo com a multiplicação de periódicos [...]” (ARAÚJO, 2008, p. 363, grifo nosso). No entanto, ao dispor as tarefas da revisão, afirma que é

uma *retomada* do trabalho, quer para acréscimo, corte, remanejamento, **reforma etc. de conteúdo**, quer para a realização de emendas na reprodução tipográfica desse trabalho e em conformidade com o disposto nele (ARAÚJO, 2008, p. 363-364, grifo nosso).

Percebemos, conforme demonstram nossos grifos, que a confusão se estende para além da preparação e edição, uma vez que Araújo (2008) afirma a ausência de preocupação com o conteúdo do texto na revisão e, a seguir, atesta que durante o processo de revisão pode haver “reforma de conteúdo”. A contradição, destarte, prejudica a clareza da definição proposta. Por outro lado, delimita, resumidamente, o dever do revisor: “ora, tecnicamente a revisão consiste no acurado cotejo do original com as provas compostas, ainda sem paginar ou já paginadas” (ARAÚJO, 2008, p. 364). A designação ‘revisão’, em uma editora, é compreendida como a revisão tipográfica ou revisão de provas, pois a revisão do original – que consistiria na normalização ortográfica e tipográfica – seria tarefa do editor de texto, segundo o autor.

O fato de o revisor ser, na prática, um corretor, do ponto de vista de Araújo, significa que o erro é sua maior preocupação. A tarefa tem início com a recepção do texto composto sobre papel comum ou fotográfico, bem como dos respectivos originais, para que haja o confronto entre ambos. Logo, essa etapa da produção de um livro ocorre somente após a composição da prova, sendo, assim, menos permissiva para alterações em comparação com a preparação. Essa seria a razão pela qual o enfoque se restringe ao erro e surge o vínculo com a nomenclatura ‘corretor’. A fase de revisão de provas baseia-se em um tipo de verificação de falhas de outras etapas já finalizadas e, conseqüentemente, na correção desses deslizes. Os elementos norteadores do trabalho do revisor seriam, então, as normas.

Embora gere a impressão de que, nesses termos, seja uma profissão menos admirável ou de mais fácil realização em contraste com a preparação de originais, Araújo ressalta a importância dessa etapa e também do cargo de revisor para a produção de livros. O autor lamenta as condições do Brasil, que se apresentam desfavorecedoras para a profissão de revisor, uma vez que, frequentemente, a fase de revisão é descartada em função da negligência dos produtores ou em razão de corte de gastos. Araújo despreza a subestimação do revisor, ao passo que, para a execução da atividade, é preciso muito mais do que apenas alfabetização:

na realidade, requer-se um bom conhecimento normativo da língua, extrema capacidade de concentração, perícia suficiente para distinguir as principais famílias e fontes de tipos, perfeito domínio da maior quantidade possível dos signos com os quais se assinala, nas provas,

aquilo que discrepa do original, além de razoável cultura geral para não cometer, ele mesmo, determinados erros [...] (ARAÚJO, 2008, p. 364).

A quantidade de revisões também é um caso discutido pelo historiador. Geralmente, no Brasil, publicam-se livros após duas revisões, porém, Araújo postula que três ou quatro seriam o mínimo aceitável, já que existem trabalhos de tal complexidade que necessitariam de oito ou até dez revisões. Apesar de aparentar simplicidade, apenas uma revisão não será suficiente, haja vista o determinado preparo exigido para detectar os problemas de um texto. O trabalho do revisor, assim, constitui importância ímpar na produção de livros, apesar da lástima de ser desprestigiado: “dadas as subcondições de trabalho destinadas no Brasil ao revisor, sejamos justos: ele convive com seu eterno fantasma, o erro, faz o que pode e quase sempre fá-lo bem” (ARAÚJO, 2008, p. 364).

ANA ELISA RIBEIRO: EM BUSCA DA FORMAÇÃO PERDIDA

Ana Elisa Ferreira Ribeiro, autora da obra *Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual*, publicada em 2016, é professora e pesquisadora do Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET – MG). Tem experiência na área de edição, com atuação em várias editoras mineiras, na produção de livros didáticos, infantis, técnicos, jurídicos, médicos, entre outros, além da publicação de jornais e revistas. Autora de diversos livros técnicos e também literários, fundou alguns cursos de especialização em projetos editoriais e revisão em Belo Horizonte.

O intento de Ribeiro arquitetava-se numa mobilização de ideias sobre as funções desses profissionais, ao afastar-nos do senso comum de, por exemplo, associar o revisor a uma espécie de “polícia da língua”. Há a apresentação dos trabalhos com o texto em variadas instâncias e plataformas, de modo a fornecer aparato para a formação de profissionais direcionados à área da editoração. Sobre a edição de textos literários, há um capítulo dedicado especificamente a uma experiência (tanto do editor quanto do autor) de edição de um livro de poemas de um autor mineiro contemporâneo. Entretanto, a pesquisa mantém o foco na relação entre editor e autor e nos percalços que inteiraram a produção do livro, sem adentrar em aspectos referentes à maneira de editar textos do tipo literário.

A autora comenta um fator pertinente, pouco explorado por outros autores da área, que é o problema da formação dos profissionais do texto. As abordagens do assunto em cursos de graduação como Letras e Comunicação Social são insuficientes ou necessitam de mais clareza. Isto é, normalmente, o profissional aprende a trabalhar com o texto de fato somente após já ter ingressado no mercado editorial, durante a prática, sem preparo prévio adequado. Essa situação contribui sobremaneira para anuviar as tentativas de distinções e definições dos papéis do editor, do preparador e do revisor, logo, ao ter esse obstáculo em vista, Ribeiro

ilumina os caminhos em direção à resolução das fronteiras que delineiam as tarefas desses profissionais.

O EDITOR

Ribeiro (2016) inaugura *Em busca do texto perfeito* com a definição de editor formulada pela Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, terceiro capítulo, inciso II da Lei do Livro, que o denomina “pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura” (BRASIL, 2003). A autora comenta o conceito considerado pela lei, que também define o autor: “a pessoa física criadora de livros”, no inciso I. Ribeiro evidencia as expressões expostas na Lei, do autor como criador de livros e do editor como responsável pela adequação à leitura, para então convidar o leitor à reflexão sobre quais seriam as tarefas executadas pelos “profissionais que tornam os textos publicáveis” (RIBEIRO, 2016, p. 14).

Um dos primeiros elementos integrantes da reflexão é a formação dos profissionais do texto, que, para Ribeiro, não fornece o devido preparo para o ingresso no mercado editorial. Os estudantes finalizam a graduação sem compreender de maneira satisfatória quais são as funções e atividades delegadas pelas casas editoras de livros às pessoas que atuam nas diversas etapas do processo. Uma das razões para isso, apontada pela autora, é o fato de que “essa distinção não é mesmo fácil e nem consensual” (RIBEIRO, 2016, p. 15), como observaremos mais adiante, na penúltima seção, ao comparar os conceitos propostos pelos autores. A aplicação de um breve questionário pela pesquisadora em uma turma de 21 alunos de Letras de uma universidade pública federal comprovou a carência de esclarecimento acerca do assunto: os alunos que desejavam uma vaga no mercado editorial demonstraram desconhecer a existência do editor de textos e suas tarefas, além de confundir as funções do *publisher* com o as do editor e entender o revisor como um “inspetor da língua”.

A mesma pesquisa apresentou resultados semelhantes ao ser aplicada em uma turma de pós-graduação com 37 alunos. A diferença observada por Ribeiro refere-se à compreensão um tanto mais clara por parte dos egressos de cursos de Comunicação Social, devido ao fato de conhecerem os procedimentos de produção de jornais. No entanto, aplicaram o mesmo processo para a produção de livros, de maneira equivocada. A partir disso, a pesquisadora propõe-se a discutir as distinções elencadas por especialistas sobre o trabalho dos revisores, preparadores e editores de texto – que comenta também serem chamados de copidesques – nos ambientes editoriais. A autora postula a necessidade da investigação sobre as competências que o profissional do texto precisa desenvolver com vistas a entender como ocorrerá sua inserção no mercado editorial.

Uma parte considerável dos alunos da instituição pública demonstrou pensar que o revisor seria um dos primeiros profissionais a atuar no processo de edição. O editor, na interpretação de um regente das etapas e tarefas, seria um dos últimos a executar a função. Além

disso, para os alunos, o editor seria encarregado pela programação visual, diagramação e outras fases da edição “que, de fato, não lhe dizem respeito, exceto porque podem ser coordenadas por ele” (RIBEIRO, 2016, p. 29). Os estudantes do curso de Comunicação evidenciaram não conhecer a função coordenadora do editor de livros, ao passo que incumbem a ele operações pertencentes a “uma equipe multidisciplinar por ele orquestrada” (RIBEIRO, 2016, p. 29).

Com um preparo adequado para o profissional em formação, haveria mais facilidade para que o recém-formado atendesse às requisições do mercado no que diz respeito às diferenciações de tarefas, de modo a ser capaz de distinguir os serviços que presta e dosar suas intervenções. Ribeiro enfatiza a importância de se averiguar como é ou deve ser a atuação do profissional do texto na medida em que considera relevantes

a eliminação de posturas exageradamente rígidas ou competitivas, além de melhores noções de “cultura geral”, processos de leitura e escrita, operações de edição, notações profissionais, história da edição, conhecimentos da língua em seus vários registros e dialetos, além de habilidades interpessoais pouco expostas em manuais e guias (RIBEIRO, 2016, p. 17).

Em decorrência disso, a pesquisadora ressalta a importância do debate sobre o que seria “tratamento adequado à leitura”, expressão mencionada pela Lei. Questiona em que medida esse tratamento pode estar vinculado ao tipo de suporte do objeto legível e que elementos desse tratamento se relacionam a quais profissionais. Para responder a essas perguntas, propõe duas fases para esse processo: o zelo com o texto e o zelo com o aspecto gráfico. A partir disso, discorre sobre as operações dos profissionais do texto e salienta que um objeto de ler considerado realmente “legível” deve passar pelo filtro de editores, preparadores, copidesques e revisores. Ribeiro garante que o editor deve estar consciente de que o tratamento do texto passa, indiscutivelmente, pelos egressos de Comunicação ou Letras e não só pelo *designer* gráfico.

Conforme indicado pela autora, inferimos, então, que a figura do editor aqui compreendida é a de um profissional que mantém um cargo de chefia de todo o processo de feitura de um livro. Ou seja, os rumos que a fabricação do livro tomará dependerão da maneira como o editor organizará e solicitará os procedimentos. Essa concepção parece ter influência do mecanismo de edição de jornais, em que, para Ribeiro, a função do editor é mais ampla em comparação com a publicação de livros. Porém, a relação entre autor e editor, para a pesquisadora, na edição de jornais, é diversa daquela ocorrida entre autor e editor de livros. O editor de jornais estabelece contato com o jornalista, o qual não reproduz uma defesa autoral e absoluta de sua matéria do mesmo modo que escritores, em especial os autores de textos literários.

Enquanto o editor de jornais pode realizar várias alterações na matéria, como, por exemplo, preencher lacunas de texto, redefini-lo de acordo com espaço fixado pela diagramação, entre outros, além de supervisionar todo o trajeto, o editor de livros, parece-nos, atuar sobretudo como uma espécie de chefe ou gerente da publicação. A tarefa do editor de livros

não consiste em realizar intervenções ele próprio no texto, mas assegurar que os preparadores e revisores o façam, assumindo, assim, uma proximidade com a nomenclatura já conhecida em algumas editoras como “editor-chefe”. Em conformidade com o fato já mencionado pela autora de que o contato entre editor de textos do gênero literário e escritor difere do contato estabelecido entre editor de jornal e jornalista, concluímos que a acepção indicada por Ribeiro do que seria um editor está próxima da definição do que seria um editor de textos literários.

Outro aspecto que aparenta distinguir as tarefas entre si é a interação (ou não) com o autor. A pesquisadora destaca a regulação da atividade dos profissionais, que costuma ocorrer com as práticas editoriais, de acordo com os tipos de intervenção adequados em cada fase da produção. A autora afirma que “editores de texto e preparadores” (RIBEIRO, 2016, p. 71) têm a permissão para atuar interativamente, pois é durante esse processo que há o estabelecimento de um “texto definitivo”, geralmente em negociação com o autor. Essa seria uma diferença em relação ao ofício do revisor, que trabalharia de maneira resolutiva (pós-diagramação), sem realizar questionamentos ou sugestões muito extensos, uma vez que isso poderia comprometer os prazos e os custos do projeto.

O último capítulo de *Em busca do texto perfeito*, intitulado “Relações virtuais, edições de papel e a renovação da literatura brasileira”, versa sobre um estudo feito pela autora acerca dos procedimentos que nortearam a relação entre um editor e um autor de um livro de poemas. Trata-se de uma editora formada por uma única pessoa, em que o editor em questão atuou, sobremaneira, como mediador do livro. O editor citado estruturou uma espécie de “conselho”, formado por outros escritores mais experientes, que tratou da avaliação do original. Esse profissional coordenou também a produção referente ao texto e *design*, a fase de *marketing*, lançamento e distribuição, além do pós-lançamento. Todavia, esse editor foi autor do projeto no momento da produção da capa, miolo, papéis, cores e vinhetas, e não mais mediador entre o conselho e o autor. Nesse caso em especial, por exemplo, permitiu em menor instância as alterações solicitadas pelo autor.

Ribeiro (2018)¹ complementa, ainda, que a figura do editor como um sujeito responsável pela curadoria, que recebe os originais, os lê e seleciona, é uma ideia romântica, de uma prática cada vez mais rara. O tipo de editor mais comum na atualidade, segundo a autora, é o profissional mais focado nos negócios, que lida sobremaneira com questões empresariais e preocupa-se menos com a avaliação de originais. Existem editoras que possuem um conselho editorial encarregado de fazer as escolhas dos originais, logo, a atuação do editor iniciaria a partir da decisão do conselho. Esse editor, então, trabalharia no original já selecionado com o objetivo de transformá-lo em livro. Para isso, precisará coordenar uma série de outros profissionais, dentre eles, o preparador e o revisor. Na opinião de Ribeiro (2018), estes últimos seriam

¹ Informação verbal oferecida por Ana Elisa Ribeiro na palestra “Desafios da Produção Editorial no Brasil: formação, profissionalização e sustentabilidade”, ocorrida na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 22 de novembro de 2018.

especializados em língua. Além disso, o editor seria encarregado de contratar ilustradores, diagramadores, revisor de provas, representante de vendas, entre outros.

O PREPARADOR DE TEXTO

Ribeiro (2016) aponta, além do revisor, preparador e editor, um profissional nomeado de copidesque. A autora o associa ao que chama de “editor de textos”, porém, em nossa compreensão, a função descrita assemelha-se mais com o preparador. O termo provém do inglês *copy desk*, e sua definição seria, em princípio, de um “profissional que reescreve, edita o texto original, sempre em negociação com o autor e o editor” (RIBEIRO, 2016, p. 16). A pesquisadora afirma que essa profissão, no jornalismo, possivelmente se extinguirá no futuro, pois os jornalistas unem várias funções atualmente. Na produção de livros, o copidesque seria responsável por tratar o texto original antes da diagramação e revisão.

Para discorrer sobre a preparação, a autora cita Ildete Oliveira Pinto (1993). Nas palavras de Pinto (1993), então, a preparação diz respeito às atividades referentes à adequação do texto, como a normalização e revisão de originais. Denomina genericamente de preparador o profissional responsável por executar essa função. O ofício de preparador inclui uma busca de informações sobre o original a ser preparado, como, por exemplo, sobre o autor (se estiver vivo, acarretará um tipo de intervenção diferente do que se estiver morto), o tipo de publicação, entre outros. Além disso, segundo o autor, esse profissional deve conhecer aspectos de revisão ortográfica e sintaxe, realizando alterações tanto no nível da forma quanto no conteúdo.

No caso de autores já falecidos, o texto é inalterável, para Pinto (1993), salvas as mudanças eventuais que ocorrerem por decisão do editor. Em contrapartida, sugere que deve haver o contato entre o preparador e autor se este ainda vive:

O autor vivo é o árbitro por excelência das questões suscitadas em sua obra. Seu texto sujeita-se aos padrões da editora, mas ele pode e deve defender a integridade de seus escritos, sempre que for necessário. Autores há que julgam seu texto perfeito e definitivo; outros reconhecem a colaboração que se possa dar (PINTO, 1993, p. 11).

Ribeiro (2016) compara a descrição feita por Pinto (1993) do revisor e do preparador. A autora considera que as tarefas do revisor são mais sutis do que as do preparador, “este, sim, o profissional a quem se permite a intervenção no texto sem tratamento gráfico, quase em contato com as mãos do autor” (RIBEIRO, 2016, p. 22). Ao preparador incumbe a normalização do texto como meio de prevenção de problemas que possam surgir durante os processos de diagramação e planejamento visual (SAATKAMP, 1996 *apud* RIBEIRO, 2016). Essa pode ser uma nomenclatura resultante da diferença de profundidade da interferência solicitada a se fazer em um texto com vistas à publicação. Em suma, preparador, para Ribeiro (2016), seria

uma designação genérica que recai na pessoa especializada no tratamento da linguagem de uma futura obra.

As denominações “preparador” e “copidesque” são utilizadas como sinônimos de maneira esporádica ao longo de *Em busca do texto perfeito*. Não raro, existe uma dificuldade de definições não apenas de modo interno em cada etapa, mas também há confusão entre os ofícios de variadas fases, como sugere a autora: “a difícil distinção entre essas atuações, no entanto, foi sempre motivo de discussão. A linha que separa preparar de revisar textos é imprecisa e, atualmente, teve sua inexatidão aumentada pelas tecnologias digitais [...]” (RIBEIRO, 2016, p. 63). A despeito disso, declara a revisão e a preparação como etapas distintas no percurso editorial.

O REVISOR

Para expor o conceito de revisor, a autora cita Pinto (1993), novamente. Conforme este autor, a atuação do revisor é diversa em relação à do preparador. O revisor de provas, ou mesmo só revisor – já que para Pinto (1993), revisão diz respeito somente à fase de verificação das provas – seria encarregado de realizar o cotejo da prova com o original sem considerar o conteúdo do texto, reduzindo-se apenas aos erros tipográficos. Ribeiro (2016) observa a imagem trivial que o revisor representa para o senso comum, ao passo que as atividades do preparador aparentam mais amplitude em relação às do revisor, que somente compara a prova e o original, como um tipo de fiscal à busca de infidelidades. Um profissional “caça erros”, um inspetor a serviço do autor ou até da “salvaguarda da “reputação da casa”, a editora ou o jornal” (RIBEIRO, 2016, p. 20).

Considerando que a tarefa do revisor limita-se a comparar provas, Ribeiro (2016) aponta que o revisor, em princípio, não necessitaria de uma formação especializada. Contudo, o preparador teria destacada pertinência em relação ao revisor de provas descrito nesse contexto, devido à fusão de tarefas e da transformação dos suportes e divisão do trabalho editorial atualmente. A pesquisadora transcreve Jannet, também citado por Pinto (1993), que descreve uma função normativista e controladora que “parece desenhar um profissional bem menos flexível do que ele, de fato, precisa ser” (RIBEIRO, 2016, p. 21). Constatamos, então, que essa visão do revisor como um soldado defensor da gramática é o que acarreta o uso de termos como “corretor” para designar o mesmo profissional.

O vocábulo “corretor”, utilizado em detrimento de “revisor”, tem suas raízes na profissão de professor de língua, em especial de língua nativa. Ribeiro (2016) observa que, na fase pós-diagração, em que a revisão do texto é requisitada, geralmente o professor de língua é lembrado, pois a atividade consiste na “caça aos erros”. A fama normativista do “professor de português” enquanto “corretor” é transferida ao revisor. Entretanto, a correção de textos feita pelo professor é demasiadamente diversa do ofício nomeado de revisão. O ensino da escrita é

o propósito da correção, enquanto a revisão soluciona problemas. A autora menciona a relação entre professor e aluno, que também se difere do contato estabelecido entre revisor e cliente.

Na medida em que a preparação de originais é mais propensa, segundo Ribeiro (2016, p. 72), a uma ação interativa, “a revisão se coloca entre as intervenções de tipo resolutivo, em geral, no trabalho concentrado do profissional e na aprovação (ou não) do autor, sem tanta negociação”. Ao final do terceiro capítulo, de título “Revisão de textos e “diálogos” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual”, a autora enfatiza a necessidade do conhecimento da gramática normativa para o revisor, porém, não basta apenas isso. A pesquisadora indaga em que situações o revisor precisa ser sensato e flexível, alegando que “é preciso ser mais, é preciso ser íntimo das linguagens, dos gêneros textuais e da vivacidade da língua, em suas performances” (RIBEIRO, 2016, p. 76). Para o revisor que utiliza apenas a gramática, textos de literatura infantil, dramaturgia e publicidade “são apenas alguns exemplos de campos minados” (*ibidem*).

Esta última aceção proposta por Ribeiro, que implica a diversidade de tipos textuais como uma interferência no processo de revisão, é um indicativo expressivo de que a revisão de um texto literário, por exemplo, exige competências muito além do domínio das normas gramaticais. Mesmo a etapa de revisão, que ocorre normalmente nos processos finais da fase industrial, demonstra-se distinta quando no caso do gênero literário em comparação com os demais gêneros. De todo modo, o objeto de estudo de Ribeiro não era esse tipo de revisão, portanto, não houve uma investigação das nuances que constituem essa diferença.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

Além de Houaiss (1983), Araújo (2008) e Ribeiro (2016), julgamos relevante aludir a outras contribuições, ainda que brevemente. Dentre os autores, discorreremos sobre as diferenças entre alguns papéis no meio editorial, mencionadas por Tavares (2018), algumas colocações feitas por editores da *Darkside books*, a concepção de editor para Yamazaki (2009) e o significado do termo “copidesque” como sinônimo para preparação de originais, proposto por Coelho Neto (2013). Selecionamos os autores com base na apresentação de ideias distintas daquelas defendidas pelos três pesquisadores já estudados, de modo a evidenciar a amplitude de opiniões sobre o assunto.

Tavares (2018), na coluna Bestiário Criativo do *site* Cosmonerd, ao dispor orientações de publicação para escritores de ficção, expõe um resumo sobre as funções de alguns profissionais que geralmente fazem parte do tratamento do texto. Entre eles, há o leitor beta, normalmente contratado para fazer uma leitura crítica do original com o objetivo de avaliar a qualidade em relação ao mercado. Para Tavares, os editores são como leitores beta, exceto pelo fato de direcionarem o foco para a possibilidade de publicação da obra e agirem de acordo

com um interesse mínimo na história do escritor. São raros os que se disponibilizam a avaliar um original, o que fortalece a busca por leitores beta profissionais.

Segundo o autor, a pessoa nomeada de preparadora de textos iniciará a tarefa, geralmente, após o crivo de um leitor beta ou editor. O trabalho desses profissionais no texto de ficção consiste em aprimorar variações mais pontuais como construções de diálogo, desfazer ambiguidade de frases, descrições confusas, passagens paradoxais, incongruências narrativas, espaciais ou temporais, entre outros itens próprios do texto ficcional. Já o outro profissional, denominado “revisor gramatical”, desempenha o papel de acentuar palavras, corrigir questões de concordância nominal e verbal, observar a extensão de parágrafos e, a partir disso, diminuí-los ou aumentá-los, além de outros diversos aspectos. O revisor descrito não é, nesse caso, um revisor de provas, mas a pessoa responsável pelo trabalho nas versões finais do texto antes da impressão, sendo comum, por exemplo, diferentes revisores trabalharem no mesmo texto. Não é raro, de acordo com o autor, um revisor realizar sua atividade na última versão em formato de arquivo editável e, outro, em uma versão já diagramada em arquivo não editável.

Lielson Zeni (2018),² editor assistente da editora *Darkside Books*, afirmou que a revisão e a preparação de textos, apesar de parecerem muito semelhantes, são ligeiramente diferentes. A revisão é uma tarefa que exige atenção total, que incrusta um sentimento paradoxal de desconfiança de si mesmo e, ao mesmo tempo, uma autoconfiança. Em relação ao erro, que seria uma espécie de objeto de trabalho do revisor, dificilmente é colocado pelo profissional, normalmente ele só não o vê, enquanto sua tarefa é identificá-lo. Essa atividade, segundo o editor, seria diferente da preparação de textos no que tange ao nível de interferência, pois a preparação modifica questões mais profundas na escrita, que não dizem respeito a apenas erros.

Bruno Dorigatti (2018),³ também editor da *Darkside*, ao complementar a fala de Zeni, ressaltou a importância da identificação do gênero textual para definir de que maneira ocorrerá a preparação. O fato de ser um texto de ficção ou não-ficção altera o regime. Enquanto o texto ficcional exige a consideração da estética, o livro de não-ficção apresenta, sobretudo, o propósito de comunicar. Por esse motivo, Zeni (2018) mencionou a necessidade de diálogo constante entre o preparador e o autor. O preparador deve ter em vista aspectos de diferenças entre línguas, como, por exemplo, as diferenças entre a sintaxe do inglês e a do português. Com isso, Zeni destacou dois caminhos que diferem o tipo de preparação: quando se trata da preparação de um texto traduzido e quando o texto é originalmente em língua nacional.

Yamazaki (2009) atribui a expressão “edição de texto” a todo o processo de intervenção no nível textual da produção editorial de um livro. Ou seja, abarca tanto a preparação de textos quanto a revisão de provas. Ao descrever a trajetória de etapas pelas quais o livro passa, cita

² Informação verbal oferecida no evento Editasul 2018: III Fórum de Produção Editorial, na palestra “Editoras e novas experiências de consumo”, em 22 de outubro de 2018.

³ Idem.

a edição de textos como uma fase distinta da preparação e revisão, pois compreende que a etapa inicial também chamada de “edição” consistiria em um estágio de intervenção textual antes da preparação, que ocorre comumente em livros didáticos, mas não costuma ocorrer com outros tipos de texto. Isso não decorre do fato de essa fase ser ignorada, mas apenas não é reconhecida nominalmente. Conforme abordagem da autora para a expressão, “todo esse processo faz parte da edição de texto, que tanto pode ser o nome de uma etapa da intervenção [...] como pode denominar o processo integral por que passa o texto, do original ao livro impresso” (YAMAZAKI, 2009, p. 88).

Há, ainda, outros autores, como Aristides Coelho Neto (2013), autor do livro *Além da revisão: critérios para revisão textual*, que compreendem a primeira etapa da edição como “copidesque”. Normalmente, tais autores pertencem a outras áreas diversas à de Letras, como Comunicação, por exemplo, já que esse termo é muito usado no âmbito da edição de jornais. Para Coelho Neto (2013, p. 136), “no processo de copidesque, o profissional propõe, reescreve, revisita o original, com a finalidade precípua de ‘relavrar’ o texto”. O ofício do copidesque, em comparação com o da revisão, é mais complexo, conforme o autor. Ele traz a origem do vocábulo, que, como já citado por Ribeiro (2016), tem suas raízes no inglês *copy* (cópia) e *desk* (mesa de escrever), cuja significação seria “mesa ou setor de um jornal onde se editam matérias para publicação” (COELHO NETO, 2013, p. 136).

CONSIDERAÇÕES CRÍTICO-REFLEXIVAS SOBRE A REVISÃO DA LITERATURA: PROPOSTAS DE DEFINIÇÕES

Há falta de clareza quanto à distinção das atividades que comportam o processo de edição textual, observada pela diversidade de concepções apresentadas no referencial teórico. Esse empecilho gerou pesquisas sobre tal indefinição, as quais se detiveram em expor as diferentes visões de cada autor sobre o tema. Uma dessas contribuições foi de Yamazaki (2007, p. 3), que já observou o que chama de “confusão de denominações” decorrente do problema da variedade de designações que nomeiam os profissionais do texto e suas funções. Na dissertação de mestrado escrita pela mesma autora, cujo título é *Edição de texto na produção editorial de livros: distinções e definições* (2009), há uma crítica a essa situação: “o campo da edição de texto é frágil e informe, pois nem ao menos a terminologia foi estabelecida e está definida” (YAMAZAKI, 2009, p. 83).

Com essa recorrência de termos variados para denominar tanto o processo editorial de tratamento do texto como os profissionais diretamente envolvidos, de acordo com Yamazaki (2009), a problemática da profissionalização do mercado editorial corre o risco de continuar imperando. Frente a essa situação, a pesquisadora questiona: “e por que não estabelecer definições, já que esses processos editoriais são seculares?” (YAMAZAKI, 2009, p. 84). Repetimos a pergunta, então, nesse contexto em que também verificamos uma imprecisão de conceitos

nos manuais mais consagrados. Naturalmente, os estudos mais recentes sobre edição ou sobre temas relacionados têm considerado essa indistinção e apresentado uma tentativa de definições, como, por exemplo, Tavares (2018), que, após sumarizar as diferenças entre os profissionais do texto como um esclarecimento para escritores, assume que há uma inconsistência na terminologia brasileira.

Dessa forma, apresentaremos propostas de definições para os nossos três objetos de pesquisa, quais são: o editor, o preparador e o revisor. Realizaremos comparações entre os autores estudados de modo a evidenciar nossos pontos de concordância e discordância e, a partir disso, moldar nossas concepções. Salientamos que nossa perspectiva, embora embasada nos conceitos dos autores estudados, será conduzida em torno de aspectos concernentes ao profissional graduado em Letras que intenta trabalhar com textos literários.

O EDITOR

Em linhas gerais, verificamos que a concepção mais recorrente sobre qual papel o profissional nomeado de editor desempenha é a de um gerenciador da produção de um livro. De todo modo, conforme os autores que apresentaram relatos sobre a prática em editoras, essa parece ser comumente a função assumida pelo profissional assim designado. Entretanto, os pesquisadores pioneiros – Houaiss (1983) e Araújo (2008) – associavam ao editor também o trabalho com o texto. Como já constatamos, em tempos anteriores, de fato, o editor desempenhava mais tarefas do que atualmente. A velocidade da vida moderna, porém, exige que as atividades se separem em decorrência de não haver tempo suficiente para tanto.

Houaiss (1983) compreende o editor em sentido equivalente ao de *publisher*, mas não discorre sobre as funções desse profissional com funções comerciais. O filólogo descreve apenas as funções do que designa de “editor-do-texto”, que seria um conceito próximo do que entendemos como preparador de originais. Para Araújo (2008), o editor é o sujeito responsável tanto pela supervisão dos processos quanto pelo preparo do original na fase pré-industrial. Ribeiro (2016) descreve esse ofício como o de uma pessoa encarregada de coordenar os procedimentos realizados por outros profissionais, ou de um mediador. Na mesma direção, segue Tavares (2018). Em contraponto com todas essas concepções, Yamazaki (2009) define a edição de textos como uma expressão genérica referente às tarefas realizadas no texto, que inclui a preparação e a revisão.

Em nossa opinião, essas discrepâncias podem ser resolvidas com uma ramificação a mais na terminologia. Concordamos com Yamazaki (2009) no sentido de que “edição” e “editor” podem atuar como termos gerais para nos referirmos aos profissionais que interferem na dimensão textual, sejam eles preparadores ou revisores. Essa pode ser uma solução na medida em que consideramos o fato de nem sempre haver um sujeito trabalhando apenas com preparação ou apenas com revisão. Corriqueiramente, existem profissionais atuantes em

uma editora – a exemplo do relato dos editores da *Darkside books*, Zeni (2018) e Dorigatti (2018) – que ora realizam revisão de provas, ora preparação do original. Em suma, um editor, então, pode executar atividades de preparação e também de revisão. No entanto, isso não significa que ambas as tarefas devam ser realizadas pelo mesmo editor no mesmo projeto, apenas que o profissional assim nomeado terá a capacidade de desempenhar as duas atividades.

A acepção de Yamazaki (2009) nos parece sensata ao passo que entendemos o vocábulo “edição” com o significado uma ação mais ativa, pois um profissional chamado de “editor” nos gera a sensação de que se trata de alguém que age mais diretamente do que um gerente, por exemplo. Se pensarmos que o editor é aquele que edita, o sentido produzido pelo verbo *editar* corresponde a algo como uma supervisão? Ou seria mais próximo de algo como uma interferência? Em nossa compreensão, a segunda opção é a mais válida. Principalmente se considerarmos o sentido e maneira como são operadas as edições de outra natureza, como a edição de vídeos ou de áudios. Portanto, o “editor”, concluímos, é o profissional capacitado a preparar um texto e também a revisá-lo.

Dessa maneira, o profissional responsável pela coordenação, pelo gerenciamento, pela supervisão dos processos de feitura do livro – que serão executados por outras pessoas – pode ser designado de “gerente editorial” ou “editor-chefe”, como já ocorre em alguns espaços editoriais. O sujeito que estabelece contatos, contrata equipes, orienta os profissionais a trabalharem de acordo com o projeto e verifica se as normas textuais e gráficas estão sendo aplicadas de modo adequado, possui um papel de regente, que é diferente de uma atuação direta, da efetiva execução de um serviço de preparação, por exemplo. Isto é, trata-se de um cargo provavelmente ocupado por profissionais com experiência em outros setores do ramo editorial, com profundo conhecimento dos mecanismos de produção de um livro.

○ PREPARADOR DE ORIGINAIS

A preparação de originais consiste na inauguração das alterações em um texto, assim que é enviado para edição. É a primeira interferência, o que implica a verificação de aspectos muito além de erros gramaticais, por exemplo. Não é uma leitura crítica, apenas tratamento de um texto. Durante a preparação, ocorrem modificações mais profundas do que durante a revisão. Essas intervenções podem ser tanto no nível do estilo quanto na dimensão do conteúdo, e algumas vezes incluem questões de normalização, geralmente impostas pela editora. Conforme observamos, esta parece ser uma concepção unânime – ao menos em boa parte – aos autores pesquisados.

Para Houaiss (1983), que entende esse profissional sob a denominação de “editor-de-texto”, o preparador deve ser um erudito, que possui nível de conhecimento semelhante ao de um filólogo. Já Araújo (2008) afirma que o preparador (também, algumas vezes, sob o nome de editor de texto) deve partir de princípios filológicos, embora de modo diferente. Araújo traça

o perfil de um editor ideal, multifuncional, que realiza a preparação, bem como as funções gerenciais e, não de modo tão assertivo como Houaiss (1983), mas também projeta a imagem de um preparador erudito. A figura do preparador como erudito é mencionada apenas por esses dois autores, o que indica uma concepção mais antiga que não sobreviveu.

Ribeiro (2016) cita o termo “copidesque” como adjacente ao preparador de originais, embora utilize este último termo com mais frequência. Todavia, Coelho Neto (2013) denomina esse profissional como copidesque e descreve suas funções sob essa designação. Ao ter em vista a preparação de originais com o intento de transformá-los em livros, desconsideramos essa terminologia. Em nossa opinião, essa denominação seria mais adequada para o campo de origem, que seria o jornalismo. Ao passo que a edição de jornais ocorre de maneira diversa da edição de livros, parece-nos sensato diferenciar as designações para que não haja confusão.

Em concordância com Pinto (1993), o preparador fica ao encargo de uma tarefa que requer pesquisas frequentes sobre o texto em que trabalha, já que pode realizar modificações no conteúdo do original. O autor também afirma que, nessa fase da edição, deve haver contato constante com o autor, de modo que ele possa decidir se aceita ou não as alterações feitas pelo preparador, mas que também respeite outras modificações referentes às normas editoriais ou como sugestão de melhoria do texto. Quanto a isso, Ribeiro (2016) expõe o preparador enquanto um especialista no tratamento da linguagem, ponto em que também concordamos. Em algumas editoras, o preparador realiza tarefas de natureza gráfica. Porém, consideramos que esse profissional deve se preocupar sobretudo com a linguagem.

Zeni (2018) desloca a preocupação do preparador do erro para questões mais profundas, uma vez que o responsável por observar erros seria o revisor. O editor lança luz à questão da preparação de um texto traduzido ser diversa daquela em que o original se encontra em língua nacional. Sobre isso, acrescenta que o preparador deve conhecer as distinções entre as línguas. Essas ideias vão ao encontro do conceito que traçamos para o preparador de originais. Tavares (2018) cita alguns elementos pontuais possíveis de serem observados durante a preparação de um texto ficcional, como incongruências narrativas e construções de diálogos. Consideramos essa aceção muito próxima da nossa, em que pensamos ser dever do preparador dimensionar atenção especial para aspectos como os itens mencionados, além de verificar questões gramaticais também, mas não com muita profundidade.

De qualquer modo, é importante ressaltar que, embora haja algumas diretrizes sobre como a preparação deve ser realizada – assunto pouco explorado – o sujeito preparador, como um indivíduo, naturalmente o fará de acordo com a própria visão de mundo. Assim como o leitor de textos literários carrega sua “bagagem de leitura” para a interpretação de cada texto, de modo semelhante acontece para a preparação. Esse ofício não deixa de ser uma espécie de leitura, com a diferença de haver propósitos diferentes. Por essa razão, não seria cabível definir, por exemplo, um tipo de preparação “mais correta”, embora possamos estabelecer critérios sistemáticos que sirvam como orientação.

O REVISOR E O REVISOR DE PROVAS

Em nossa verificação, constatamos que quase todos os autores estudados consideram como “revisão”, a revisão de provas, especificamente. Entretanto, compreendemos a “revisão” como uma etapa diferente da “revisão de provas”. A revisão ocorreria ainda em suporte eletrônico, como um auxílio para a preparação, envolvendo (ou não) o cotejo com o original. Não tem a mesma profundidade que a preparação, pois consideramos que a fase de revisão não inclui alterações de conteúdo, mas observa questões de linguagem não necessariamente caracterizadoras de erro. De maneira diversa ocorreria a revisão de provas, que se daria após a revisão e a diagramação, em suporte impresso, com o objetivo de corrigir somente erros. Por esse motivo, acreditamos que não acontece o contato com o autor durante a revisão de provas, mas pode acontecer no processo de revisão, ainda que de maneira menos intensa do que na preparação.

Tanto Houaiss (1983), quanto Araújo (2008) e Ribeiro (2016) mencionaram com pesar a desvalorização recorrente do revisor no meio editorial. Os três autores ressaltaram a importância dessa etapa para a produção de um livro, muitas vezes menosprezada devido ao fator de o revisor ser associado a uma espécie de “caça erros”. Enquanto a preparação requer uma imersão profunda no texto, que realinha aspectos relativos não só a normas gramaticais, como também questões como clareza, coerência, coesão, concisão, entre outros, a revisão constrói-se como uma interferência mais superficial e, ao mesmo tempo, mais direta, considerando sua estreita conexão com as regras. Por essa razão, negligenciá-la tem consequências, uma vez que o preparador não é responsável por corrigir erros.

Segundo Houaiss (1983), a revisão consiste no cotejo do original com a prova, em que o revisor utiliza os sinais de revisão para solicitar a correção de erros. Concordamos no aspecto do cotejo durante a revisão de provas, porém, atualmente, o uso dos sinais de revisão é raro em razão de não ser mais necessário. O mesmo autor distribuiu uma sequência de atributos requeridos ao revisor – citou Jennet – que incluíam vasto conhecimento de áreas como história, geografia, religião e o domínio de alguns idiomas. Contudo, nos dias atuais, esse perfil de profissional encontra-se fora da realidade. Com o surgimento veloz de informações a todo o momento, torna-se impossível que o revisor da atualidade represente a figura erudita com o nível de conhecimento solicitado, e ainda consideramos um tanto descabida a tentativa de mensurar o conhecimento necessário para desempenhar a profissão.

Araújo (2008) segue a mesma linha, em que a revisão é necessariamente revisão de provas, que ocorre após a diagramação, já na fase industrial, enquanto distinguimos uma revisão na etapa pré-industrial e outra na etapa industrial. Para o autor, a revisão seria um trabalho menos aprofundado do que a preparação, sem compromisso com o conteúdo do texto (embora haja contradição na afirmação do autor). Assim como Pinto (1993), afirma incluir o

cotejo do original com as provas, sendo o erro sua maior preocupação. Quanto à descrição do processo de revisão de provas, concordamos com essa acepção.

Ribeiro (2016) também apresenta o conceito de revisão de provas, além de considerar ser uma intervenção de tipo resolutivo, o que consideramos uma boa definição para a tarefa. A autora menciona o fato de a concepção de revisor, no senso comum, ser uma espécie de “policia da língua”, e discorda das pessoas que pensam que o revisor precisa conhecer apenas gramática. O revisor não precisa ser um erudito com profundo conhecimento sobre diversos assuntos, mas isso também não significa que só precise saber regras gramaticais. A pesquisadora diferencia o termo “correção” de “revisão”, tendo em vista que a correção de um texto por um professor, por exemplo, difere muito do texto de um cliente revisado por um profissional. Logo, observando essa distinção, não consideramos o termo “correção” como sinônimo de “revisão”.

De acordo com Zeni (2018), o trabalho do revisor consistiria em encontrar erros. Em nossa acepção, esse seria o trabalho do revisor de provas, especificamente. Tavares (2018) descreve um “revisor gramatical”, que vai ao encontro da nossa definição sobre o revisor que opera sua função ainda na fase pré-industrial, observando várias questões gramaticais algumas vezes um pouco complexas para serem deixadas a cargo somente da revisão de provas. Parece-nos ser um consenso entre todos os autores o fato de o revisor não ser responsável por alterações de conteúdo. Vale dizer que a produção de um livro que constitui a preparação do original como única tarefa na fase pré-industrial acaba sobrecarregando a atividade do preparador a ponto de seu ofício tornar-se menos eficaz. É, também, por esse motivo que consideramos necessária uma etapa de revisão durante a fase pré-industrial além da revisão de provas.

CONCLUSÃO

O contato com diferentes visões sobre o mesmo tema possibilita a exposição de um estudo crítico de modo mais confiante. São as reflexões proporcionadas pela multiplicidade de opiniões que induzem ao pensamento crítico de maneira mais ampla, e fomentam a criação de novos conceitos. Por essa razão, adotamos esse método para a nossa pesquisa, com vistas a incitar novas concepções decorrentes da (des)união de várias outras. Embora não tenhamos encontrado definições dos papéis do editor, preparador e revisor especificamente do texto literário – a única inclinação para a conceituação de profissionais que trabalham no âmbito da literatura foi de Tavares (2018) – foi possível resolver um problema maior, que habitava as descrições dessas profissões independentemente do gênero textual com que trabalham.

De todo modo, a leitura crítica dos manuais, bem como a consulta a fontes de outra natureza, resultaram na adesão da nossa principal pretensão com esta pesquisa, que consistiu em distinguir os papéis dos profissionais do texto e apresentar novas definições. Esse fator também serve de indício para demonstrar as lacunas deixadas por esses estudos, em que

a desconsideração das especificidades de cada tipo textual, de maneira a propor acepções mais genéricas, acaba gerando uma imprecisão geral ao invés de um conceito geral. Por conseguinte, ainda não há um manual sobre a maneira de execução dessas práticas em textos exclusivamente literários.

Portanto, com as distinções formuladas neste trabalho, intentamos nortear as futuras pesquisas sobre edição de textos para que possam operar com amplitude cada vez maior. Com as definições de editor, preparador e revisor propostas, haverá a possibilidade de surgirem pesquisas direcionadas para os mecanismos que envolvem cada uma dessas etapas em cada tipo de texto. Poderão surgir estudos sobre critérios para a atuação do gerente editorial em textos técnicos, por exemplo, bem como a etapa de preparação de textos ficcionais. Nosso objetivo, com o esclarecimento das funções do profissional do texto, lança-se, então, para o incentivo da realização de novas pesquisas sobre edição de textos, área ainda carente de estudos no âmbito acadêmico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

BIOGRAFIA ANTÔNIO HOUAISS. *In*: Academia Brasileira de Letras (ABL). Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/antonio-houaiss/biografia>. Acesso em: 7 dez. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Portal da Legislação**, Brasília, out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em: 2 dez. 2018.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão**: critérios para revisão textual. 3. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. São Paulo: Hucitec; INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

PINTO, Ildete Oliveira. **O livro**: manual de preparação e revisão. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Em busca do texto perfeito**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis, MG: Artigo A, 2016.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Lecture**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Novembro de 2018.

TAVARES, Enéias. Tomo XI – Grifo: Preparando & Enviando Originais. **Cosmonerd**, Santa Maria, 24 jul. 2018. Disponível em: <http://cosmonerd.com.br/outros/colunas/bestiario-criativo/tomo-xi-grifo-preparando-enviando-originais/>. Acesso em: 8 dez. 2018.

YAMAZAKI, C. **Editor de Texto: quem é e o que faz.** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30, 2007, Santos.

YAMAZAKI, C. **Edição de texto na produção editorial de livros: distinções e definições.** 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

ZENI, Lielson; DORIGATTI, Bruno. **Lecture.** Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Outubro de 2018.

Recebido para publicação em: 8 maio 2021.

Aceito para publicação em: 3 nov. 2021.